

Site Brasil Energia – 19/02/2008

Suprimento garantido em 2008

Antonio Carlos Sil

Déficit zero no suprimento de energia elétrica durante 2008 é a nova previsão do Programa Energia Transparente - iniciativa da PSR e Instituto Acende Brasil - para um cenário de demanda alta (PIB de 5,1%) e oferta de referência. Apresentada em São Paulo nesta terça-feira (19/2), a projeção tem como base dados do Programa Mensal de Operação (PMO) do ONS de 23 de janeiro.

O último diagnóstico, divulgado pelo programa de monitoramento, em outubro de 2007, admitia uma probabilidade de racionamento da ordem de 7% para este ano. A revisão se deveu às chuvas do final de janeiro e início de fevereiro e que permitiram uma forte recuperação dos reservatórios. Para um quadro de oferta com atrasos e demanda baixa, no entanto, avisa Mario Veiga, especialista da PSR, o risco passa para 0,5% e se eleva para 1,5% em caso de demanda alta.

A preocupação maior agora está em 2009, período em que a insegurança se mantém e resta muito pouco tempo para a adoção de medidas mitigatórias. O risco para uma situação de oferta de referência está em 6%, mesmo com demanda baixa, ante 6,5% previstos em outubro. Nesse mesmo cenário, a probabilidade sobe para 8,5% em 2010, enquanto não passava de 6% na avaliação anterior.

Já numa simulação de demanda alta e oferta com atrasos, esses mesmos índices saltam para 10% e 12,5%, respectivamente. O leilão de reserva prometido pelo governo para abril, com a oferta possível de 1.500 MW médios por parte do setor sucroalcooleiro (600 MW médios em 2009 e 900 MW médios em 2010), aliviaria um pouco esse problema. O risco no ano que vem cairia de 10% para 9% e em 2010 cederia de 12,5% para 8,5%.

Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil, chamou a atenção para a série de recomendações do relatório final da 4ª edição do Programa Energia Transparente - a primeira foi divulgada em abril de 2007. Entre elas, destacou a necessidade de monitorar o cumprimento de metas já contabilizadas, como novas usinas, chegada do GNL e cronograma da bacia do Espírito Santo.

Ele pediu a urgente regulamentação de um plano para eventual racionamento, visando evitar adoção de medidas emergenciais que podem trazer prejuízos aos consumidores e investidores do setor. Classificou ainda como fundamental que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) dê total transparência quanto às decisões de despacho que poderão ser tomadas com base na resolução nº 8, de dezembro, acionando usinas a óleo.